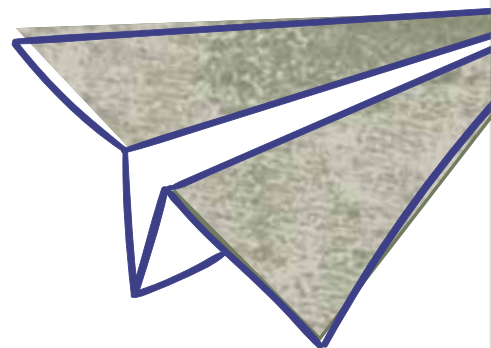


APERTEM OS CINTOS, O RECURSO SUMIU!



“Apertem os Cintos... o Piloto Sumiu!” (tradução brasileira) ou “O Aeroplano” (tradução portuguesa) são os títulos apor-tuguesados do filme de comédia americana “Airplane!”, lançado em 1980, que brincava com o desaparecimento repentino do piloto de um avião comercial e a catástrofe anunciada pelo sumiço de um “recurso” tão vital para a sobrevivência dos passageiros que estavam na aeronave. Usei aqui a paródia da tradução brasileira como uma metáfora para a atual situação do financiamento à pesquisa no Brasil.

Certamente estamos no pior momento das últimas duas décadas, agravado pela pandemia do SARS-CoV-2. A título de ilustração, o orçamento federal hoje (2020) para a pesquisa científica no país é de cerca de R\$ 5 bilhões (€ 750 milhões), quase o mesmo do ano de 2000 (R\$ 4,8 bilhões ~ € 720 milhões). Há apenas cinco anos (2015), o orçamento era de R\$ 13,97 bilhões (ou € 2 bilhões). É preciso chamar aqui a atenção do leitor/colega português que os números podem parecer grandes à primeira vista, mas há-de se lembrar que temos proporcionalmente no Brasil muito mais pesquisadores (e, portanto, projetos de pesquisa) do que em Portugal. Há-de se considerar ainda que a maior parte dos insumos e equipamentos são adquiridos em moeda estrangeira (dólares ou euros), encarecendo ainda mais a conta no final.

Antes de mais nada, o leitor deve estar informado que esse ensaio possui um forte “filtro” relacionado a minha vivência em ciências marinhas, área em que estou envolvido por cerca de duas décadas. Mesmo com esse viés, o

que pretendo discutir brevemente aqui se aplica à ciência brasileira como um todo, ainda que se reconheça que existam diferenças entre as diversas áreas acadêmicas no que tange ao financiamento à pesquisa. Devo acrescentar, ainda, que as críticas que aqui faço, particularmente quando comento sobre meus colegas brasileiros, são impessoais e se aplicam à categoria de uma maneira geral, mas desde já reconhecendo que obviamente há muitas e boas exceções no meio.

Mas continuemos.

No Brasil, virtualmente todo o financiamento à pesquisa vem dos cofres públicos, sendo o financiamento privado algo que aporta muito menos recursos à ciência nacional, e uma modalidade muito mais recente de custeio, há um tempo. Isso se deve em parte a uma falta de cultura histórica de financiamento privado para a ciência no Brasil, e em parte a uma evidente resistência (injustificada na minha opinião) ao aporte de dinheiro privado para a pesquisa por uma considerável parte dos próprios pesquisadores brasileiros. Algo bem diverso do que se observa em outros países. Na África do Sul, por exemplo, a própria indústria da pesca investe dinheiro para pesquisa em ciência pesqueira, visando a sustentabilidade da atividade no longo prazo. E nos cinco anos em que vivi naquelas terras, durante o meu doutoramento, nunca vi nenhum cientista sul-africano criticar o uso de verba privada para o financiamento da ciência local.

Mas na ciência brasileira parece inexistir uma visão a longo prazo. E isso não vem de hoje, é uma cultura antiga. Nas universidades



**RODRIGO
SILVESTRE
MARTINS**

UNIVERSIDADE
FEDERAL DE SÃO
PAULO



públicas brasileiras, onde o grosso da ciência nacional é produzida, não é incomum encontrar vários laboratórios no mesmo departamento que desenvolvem linhas de pesquisa muito parecidas, onde cada um deles pode contar com um ou outro tipo de equipamento caro que poderia facilmente atender vários pesquisadores ao mesmo tempo. Ou casos em que um equipamento supercaro é adquirido, mas a instituição não possui sequer infraestrutura necessária às demandas para uso do aparelho, tais como instalações elétricas adequadas e seguras. Ou quando os reagentes indispensáveis para um experimento de longo prazo são caríssimos e não há garantia de verbas para comprá-los no futuro. Ou quando o equipamento demanda um técnico dedicado para seu funcionamento e ninguém se lembrou de considerar essa variável quando pediu o projeto. Ou quando se dispõe de viaturas e embarcações, mas não se tem verba para o combustível.

Os exemplos de falta de visão estratégica são vários e eu poderia ocupar o resto do texto enumerando outros casos, mas tenho certeza que o leitor já entendeu a mensagem.

E o que a comunidade científica brasileira está fazendo a respeito disso? Além de lamentar e protestar, não muito. Por isso, nos últimos cinco anos, as agências financiadoras, acompanhando a realidade socioeconômica do país e alinhada às tendências internacionais, tomaram para si a visão estratégica que infelizmente falta a muitos cientistas brasileiros.

A Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), por exemplo, faz uma investigação minuciosa quando um equipamento caro é solicitado em um projeto de pesquisa. A primeira providência é solicitar o chamado “parque de equipamentos” do departamento ao qual o pesquisador está vinculado, que nada mais é do que o inventário de todos os equipamentos disponíveis na repartição. Se o equipamento existe em algum laboratório, a nova aquisição é vetada na avaliação do projeto. Além do departamento, eles investigam se o equipamento existe em outros departamentos

da mesma universidade, mesmo que em *campi* diferentes. Novamente, se o equipamento existe na própria universidade, mesmo que fisicamente esteja a quilômetros de distância, em outro *campus*, ele não será comprado. Por fim, se é detectado que o equipamento não existe em toda a universidade em que o solicitante trabalha, eles investigam se existe em outras universidades públicas no Estado. Como nos exemplos acima, se o equipamento existe em outro lugar, ele não será comprado pela agência financiadora e o pesquisador deverá fazer arranjos com os responsáveis pelo equipamento para fazer uso do mesmo em seu projeto.

Mas isso não significa que equipamentos caros não serão comprados em nenhuma hipótese. Quando a agência constata que realmente o equipamento não existe no Estado, ele é comprado e tem seu funcionamento garantido (em termos de manutenção, reagentes, etc.) por um período de sete anos, com a condição de que este equipamento não seja de uso exclusivo de um único laboratório, departamento ou universidade. Ele se torna um patrimônio multiusuário, que será administrado pelo pesquisador ou grupo que originalmente solicitou o equipamento, e seu uso será compartilhado com outros pesquisadores no Estado.

A ciência brasileira avançou muito nas últimas décadas em termos de volume de produção. No novo cenário que se projeta, entretanto, a ênfase das agências financiadoras brasileiras está mudando da *quantidade* para a *qualidade*, e novas políticas estão sendo formuladas e implementadas para atingir esse objetivo. Falta agora os cientistas brasileiros se adaptarem a essa nova realidade, e desenvolverem uma nova cultura de visão estratégica a longo prazo (incluindo uma mais do que justificada e necessária permeabilidade ao financiamento privado) para que as oscilações naturais no financiamento público à pesquisa não impactem nem paralise as atividades acadêmicas, e assim ajudem a colocar a ciência brasileira em lugar de destaque no cenário internacional. •